



CURSO DE EXTENSÃO/ESPECIALIZAÇÃO
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

**AS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS E AS CONTRADIÇÕES DO MODELO
ENERGÉTICO NA VIDA DAS MULHERES.**

Artigo- Trabalho de Conclusão de Curso

Soniamara Maranhão

Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB

Orientadores: Ana Garcia e Javier Ghibaudi

Rio de Janeiro
Janeiro de 2010

AS MULHERES DO MAB E AS CONTRADIÇÕES DO MODELO ENERGÉTICO NA VIDA DAS MULHERES.

Este trabalho é fruto de uma necessidade conjuntural e histórica das mulheres do MAB: conjuntural pela nossa necessidade de organizar as mulheres dentro da estratégia do MAB, e também uma tarefa histórica para a participação e libertação das mulheres com o fim da opressão do patriarcado e o sistema capitalista.

Uma outra questão é da percepção da tática e da importância de discutir as mulheres e energia dentro do MAB e nas lutas da Via Campesina. O debate está na conjuntura e precisamos dar resposta, fazer o debate a luta uma organização forte, e fazer o enfrentamento, garantindo a construção de um novo modelo energético.

Diante disso, o texto também discute as perdas de muitas pessoas em decorrência das construções de barragens, e aponta como muitas transformações decorrentes desses empreendimentos atingem as mulheres de maneira diferenciada, agravando desigualdades de gênero pré-existentes - quase sempre ignoradas ou invisíveis. Como neste depoimento:

“To falando em nome do meu marido. Eles disseram que era: “é isso e isso mesmo”. Eu fui pegando madeira, telha. Entraram e foram serrando o pé de manga. Quase que o pé de manga caiu em cima do meu marido. Eu disse: “Se eu não quiser ir, o que acontece”. Eles disseram: “Nós derrubamos” (moradora de Nova Itueta). (Relatório dos Direitos Humanos.)

No modo de produção capitalista, é necessário cada vez mais energia elétrica para produzir bens de consumo desnecessários. Países como EUA, Japão, e Europa estão se tornando “alcoólatras” de energia: seus hábitos de consumo de energia se tornaram desumanos para o restante do planeta.

No Brasil, desde a privatização do setor elétrico nos anos 90, a energia passou a ser dominada por grandes grupos econômicos, interessados na sua venda e uso intensivo, e assim virou mercadoria, uma política energética de um modelo irresponsável e insustentável.

A construção de usinas hidrelétricas no Brasil foi e continua sendo marcada pelo desrespeito ao meio ambiente e à sociedade. As populações atingidas nas construções de barragens vêm seus modos de vida alterarem-se drasticamente ou mesmo se anularem, em nome do “desenvolvimento da sociedade capitalista”.

“Nossa vida era pacata, porém digna, tratavam da sua família. Era uma vida simples porém honesta. Os pescadores, e nós também. Pegaram as terras mais férteis para a CAPEL. Tenho tudo documentado. A cidade de Itueta, que era uma cidade tranqüila, que vivia sem riscos de agressões, prostituição, Itueta era uma cidade limpa .. antes da barragem, o último crime tinha sido 30 anos atrás

Esta vida agora tumultuou todinha. Quando foi decretada nossa desapropriação, procuramos a Justiça Federal. O meu vizinho foi tirado às 10 horas da noite, com trator, sem ter pra onde ir. Outros também foram tirados de forma bárbara. Nós ligávamos para Belo Horizonte e só vinha liminar e mais liminar. As terras na beira do rio foram tiradas da gente, e foram entregues a CEMIG e a Vale do Rio Doce.”
(Relatório dos direitos Humanos)

No nosso país já foram construídas mais de 2.000 barragens. 30% desta energia é consumida por 665 grandes empresas chamadas “livres” ou, que escolhem de qual distribuidora vão comprar energia. Muitas vezes são elas mesmas as produtoras, em alguns casos como Minas Gerais cobra-se da população que é chamada de consumidores cativos energia caríssima, e as exploradoras de minério entre outras ganham energia subsidiada do Estado.

Essas 2.000 barragens já **expulsaram mais de 1 milhão de pessoas** de suas terras e casas (MAB 2008) . Projetos do governo federal prevêem a construção de mais de 1.443 barragens nos próximos 20 anos (plano decenal), todas com interesses de manter o consumo de mercado, ao povo uma tarifa ou uma conta caríssima e para as empresas tarifas subsidiadas, expulsando mais de 800 mil pessoas de suas terras (plano decenal).

A construção das barragens para usinas trazem consigo as promessas de gerar emprego e desenvolvimento, de respeitar a natureza, de fornecer energia mais barata para o povo e de garantir os direitos de indenizações das famílias atingidas e deslocadas. No entanto, como se verá a seguir, a realidade tem sido outra.

ENTRE AS PROMESSAS E A DURA REALIDADE DAS ATINGIDAS E ATINGIDOS

São apresentadas a seguir as conseqüências que mais se vêem repetidas na implantação das usinas hidrelétricas nos rios do país.

Controle das barragens por multinacionais: hoje no Brasil, os donos das barragens são grandes empresas multinacionais que querem ganhar muito dinheiro com sua construção e com a venda da energia elétrica, mais de 70% da distribuição e 30% da produção foi privatizada, no Brasil (MAB 2003)

Muitas dessas empresas são autoprodutoras e eletrointensivas. As autoprodutoras consomem grande parte da energia que geram em suas próprias indústrias (de alumínio, siderúrgicas, celulose, etc). Já as empresas eletrointensivas são as que não produzem energia, mas consomem muita energia para a fabricação de seus produtos. Em torno de 665 empresas utilizam mais de 40% de toda a energia elétrica do Brasil, enquanto toda a população consome não mais que 25%. As principais empresas são Vale, Alcoa, Bradesco, Camargo Correa, Votorantim, Odebrecht, Tractebel, entre outras (MAB 2008)

Para se ter uma idéia da exploração e aproveitamento dos nossos recursos naturais pelas empresas, a Vale do Rio Doce gasta 5% da energia do Brasil, a Alcoa e Novelis mais 7%, e a empresa Odebrecht 4%. Isso quer dizer que só as 3 empresas juntas gastam 16% da energia brasileira (site das empresas).

Como explica o professor Dorival, na América Latina, o Brasil é o primeiro no potencial hidrográfico. Levando em conta o que já tem de construções no Brasil até hoje, só 30% do potencial foi explorado. Nem com a crise se parou de se construir, e sim se aproveitou para usar o discurso do PAC (Programa de aceleração do crescimento) e de que o Estado brasileiro assumiria o comando de garantir os investimentos, ou com o dinheiro publico do BNDES, priorizariam as construções de barragens. No meio da crise as empresas ganham com os investimentos e depois com lucros extraordinários.

No Brasil esta previsto para os próximos anos a construção de mais de 1500 barragens, conforme dados, de que já tem mais de 2000 mil construídas e 70% do povo não recebeu nada (Plano Nacional de Energia). Nos acopanhamentos do MAB nas regiões se percebeu que as empresas gastam 2% do orçamento de um projeto para a questão social, onde tem luta já chegou a gastar 20%. Para se ter uma idéia, somente em Minas Gerais – MG está previsto no total de 380 hidrelétricas consideradas, 335 PCHs e 45 grandes hidrelétricas. Só no Rio São Francisco esta prevista 101 obra, 20 grandes e 81 PCHs, Potência Total de 7691 MW. (Programa de Geração Hidrelétrica de Minas Gerais – PGHMG, <http://www.sede.mg.gov.br/pt/infraestrutura/energia-eletrica>). O povo brasileiro nem vê o cheiro desta energia, agora barata, porque vai para empresas.

Veja mais no mapa abaixo



Essas empresas podem ser brasileiras ou estrangeiras e têm o único objetivo de explorar nosso território, ganhar muito dinheiro em nome do desenvolvimento, que não passa de um desenvolvimento de lucros de grandes e poucas empresas, e o povo fica a conta de tudo para pagar.

Nós, mulheres e homens do MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens) não somos contra a geração de energia, porém, não queremos que a energia fique no controle de empresas e ao mesmo tempo usem dela para explorar a nação e a natureza o meio ambiente. Que o povo brasileiro sofra os prejuízos econômicos, sociais e ambientais desse negócio, e que por sinal dá muito dinheiro. Como neste depoimento de uma comerciante que é muito expressivo:

“Eu tinha um restaurante. Servi comida para os operários – 550 marmitas no almoço, 400 e tantas no jantar. Fiz muita dívida. Meu restaurante foi interditado durante muito tempo, os caminhões passavam. Reclamei com eles. Quebravam mesas. Dava dois dedos de poeira. Lá sempre dava pra eu sobreviver, e tinha meu carro. A assistente social deles fez vistoria, mas não me deu cópia. Eu queria ir na justiça, mas ela não deu, pois é funcionária do consórcio. Quando eu vim pra cá, proibiram de entrar no restaurante antigo. Disseram que tinha o fundo de comércio. Trouxeram minhas coisas do restaurante, pusemos num galpão que eu tive que construir de eternit. Perdi tudo. Tenho dívidas. Vendi meu carro. Comida estragou. Roubaram uma parte do que eu tinha. Até hoje não tenho onde trabalhar. Pediram 35 mil reais para eu me instalar no Centro Comercial. To plantando uma horta pra tentar sobreviver. Cobrador na minha porta, meu nome na justiça. Fiquei sem água, sem luz, sem ter o que comer. Eu tinha uma vida boa. Eles destruíram a minha vida. Entrei em depressão, quase morri. Minha pressão subindo. O assistente social: “Ah, Sonia, o consórcio não tem mais nada a ver com isso”. Então nem quero mais falar com ela.

Foram vários que aconteceu a mesma coisa. Aqui <na Nova Itueta> não tem nenhum comércio. Antes tinha o caldo de cana do seu Zé, tinha outras coisas” (Relatório dos Direitos Humanos)

Geração de poucos empregos: o que vemos é que quando inicia a construção de uma barragem, muitas pessoas chegam ao local da obra com a intenção de conseguir um emprego, mas poucos conseguem e o trabalho é precário como de roçadas e pedreiros, e isso principalmente para fazer a propaganda do desenvolvimento, porém a maior mão de obra vem de fora e é especializada. Como muitas vezes as famílias tem pouco dinheiro, se sujeitam a confiar na promessa das empresas de conseguir um serviço temporário, e depois passam a inchar as cidades, grande parte sai do campo para as cidades. Por exemplo nos depoimentos das lideranças de Rondônia, onde chegam por dia em Porto Velho 5 famílias em busca de emprego, e que saem dos lugares atingidos causando um problema social muito grande.

Além disso, quando as empresas chegam ao local já trazem de outras regiões parte de sua mão de obra já treinada, então não interessa empregar as pessoas do local. A Tractebel, uma multinacional com sede na Bélgica, que hoje é dona de 9 barragens no Brasil, tem somente 704 empregados e fatura 3,04

bilhões de reais em 2007 sendo que no ano anterior foi de 1,05 bilhões de reais, e cada ano a perspectiva é de mais lucro (MAB 2008, pg. 18). Outro ponto a ser destacado é que quando a barragem fica pronta, milhares de operários ficam desempregados, e o tão prometido desenvolvimento das empresas acaba se tornando um desastre para a região no entorno da barragem, que sofre com falta de infraestrutura, sistema de saúde, escola, transporte, entre outros.

Energia mais cara para o povo: no Brasil, os consumidores residenciais pagam a 5ª maior tarifa de energia do mundo. (Assembléia Popular, 2008, pg 19). Enquanto a Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, paga 3,3 centavos de reais pelo KW/h de energia e consome mais de 5% de toda a energia do país, o povo brasileiro chega a pagar 10 vezes a mais que isso pela mesma quantidade de energia consumida, sem contar os impostos (MAB 2008, pg 14)

No pagamento de indenizações: estima-se que 70% do povo que foi expulso de suas terras por causa das barragens não receberam nenhum tipo de indenização. (MAB 2008)

“Meu pai fazia balaio. Meu pai fazia 12 balaios por dia e vendia pra Colatina, norte de Itueta. Deram 3 mil e pouco reais pra ele. Somos em 8, ele só tinha um salário. Meu pai tinha a ilha, mas não indenizaram nada” (Relatório de Direitos Humanos)

Há uma ditadura contra o povo que vive na beira dos rios e que é deslocado em função das barragens. Essas famílias que não indenizadas têm que buscar na cidade seus meios de vida, inchando ainda mais as favelas.

Quando buscam formas organizativas para pressionar o recebimento do que é de direito, são brutalmente reprimidas pela força do Estado e pela ação das empresas, que ameaçam, criminalizam, matam e mandam prender as pessoas que querem tão somente condições básicas de sobrevivência (Relatório dos direitos Humanos) . A prova disso está em um Relatório dos Direitos Humanos entregue a uma relatora da ONU que veio ao Brasil conhecer esta realidade do MAB em 2000, quando até crianças foram presas com seus pais enquanto estavam na roça trabalhando, isso tudo conduzido com intenção de pressionar as famílias psicologicamente.

Privatização das águas: além serem donas das barragens para gerar grande quantidade de energia, as empresas buscam também privatizar a água dos rios. Ou seja, o que antes era de todos e todas, agora passa a ter um dono, não mais dando o direito às famílias de pescar e utilizar a água para suas atividades. As famílias são proibidas pelas empresas de se aproximarem dos lagos, em alguns lugares o lago chega a ser cercado por arames que eram usados nas guerras, de pontas perigosas onde não se pode se aproximar. Além disso, utilizam as barragens para escoamento da produção através da construção das hidrovias, onde a água ou o grande lago serve para facilitar a travessia de navios carregados de produção para a exportação. No caso da Amazônia, isso tem se intensificado cada vez mais. Os grandes grupos

econômicos do minério, da produção de monoculturas de eucalipto, soja, milho, da pecuária extensiva, do desmatamento, são algumas das frentes que fazem parte desse audacioso projeto de barragens .

Na região da Amazônia a produção esta interligada com o processo de escoamento pelas hidrovias como a de Tucuruí, servirão para baixar o custo do transporte, no processo de exportação.

A construção de usinas hidrelétricas traz modificações ambientais, sociais, econômicas e culturais expressivas para o conjunto da comunidade local. Estes impactos começam com o planejamento, passam pela construção e prolongam-se para além do início de funcionamento da barragem. Neste sentido, não existem só impactos concretos e materiais, como o alagamento de florestas, parques arqueológicos, cidades, escolas, comunidades, casas, como também impactos imateriais e afetivos. A perda do vínculo espacial também pode enfraquecer os laços familiares, a vivência com a comunidade e a referência da vizinhança. Essas e outras mudanças que dizem respeito diretamente aos sentimentos, podem acarretar grandes danos à saúde e ao bem estar das populações atingidas.

IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS: MUDANÇAS DE HÁBITOS E INTERFERÊNCIAS ECONÔMICAS

Para o professor Osvaldo Sevá, as populações deslocadas pelas barragens foram expropriadas, não somente no sentido jurídico. Essas pessoas que vivem dos rios e em suas margens perderam suas condições materiais de trabalho e foram desenraizadas, transplantadas geograficamente e culturalmente, expropriadas de um saber e de uma sintonia com o meio físico, a sua vizinhança, com valores abstratos, porém de grande importância sentimental e principalmente referencial, os quais jamais serão reconstruídos, nem podem ser medidos pelo dinheiro.

Como por exemplo na construção da barragem de Aimorés em 2007 em Itueta, em Minas Gerais, na divisa com o Estado Espírito Santo, nós do MAB temos acompanhado casos onde grande parte dos idosos entraram em ‘coma’ (Estado de saúde inconsciente) até hoje existem velhinhos “vivos”, grande parte mulheres, porém em coma devido ao afogamento de seus sonhos de suas histórias de toda sua cidade onde formam eles os anfitriões desta história. Depois da obra, os mesmos nem se quer voltaram a morar em suas casas “novas” porque já ficaram na casa dos filhos para o cuidado da saúde. O uso de fraldas de adultos é surpreendente nesta cidade devido o impacto da obra para com as pessoas mais idosas.

A outra questão que hoje é fortemente preocupante é o alcoolismo, que está muito forte entre e principalmente na vida das mulheres, grande parte por sentir desestruturada a família e em muitos casos elas acabam ficando sozinhas, porque grande parte dos homens migraram a procura de trabalho para os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e voltam depois de meses. Na cidade Nova de Itueta já não tem

mais comércio que funcione dentro da organização anterior, grande parte faliu e mudou de ramo de trabalho sendo que a prefeitura se tornou a que mais emprega pessoas hoje.

Se não podemos atribuir aos projetos de barragens a responsabilidade integral pela desigualdade nas relações de gênero, pois essa é uma condição preexistente, convém dizer que nas circunstâncias desses projetos, tal desigualdade tende a ser agravada. A sociedade capitalista e patriarcal é reforçada pela ação das empresas em iniciativas locais, onde a barragem está sendo ou foi construída, e nas estruturais do modelo capitalista. A seguir, são apresentados alguns aspectos da relação entre o modelo energético de hoje, que na sua essência explorador da força do trabalho do trabalhador e na venda da energia, tem lucro extraordinário, e agrava ainda mais a situação das mulheres atingidas por barragens.

O anúncio da construção das usinas hidrelétricas nas comunidades traz diferentes reações de comportamento entre mulheres e homens. Na maioria das vezes, verifica-se que as mulheres têm forte resistência em sair do território, não conseguem assimilar a possibilidade de mudanças daquele espaço e, por isso, insistem em continuar ali. Percebe-se isso nas discussões e nos encontros que se fazem nas comunidades, a preocupação das mulheres, e o enfrentamento é muito maior onde as mulheres participam do processo de discussão. Já alguns homens se convencem com mais facilidade e vêem a possibilidade de ganhar compensação financeira para sair do local. Talvez isso se dê porque, historicamente, os homens vinculam-se às atividades que geram ou movimentam recursos (dinheiro), já as mulheres, na sua maioria, não. Foi construída que a tarefa da mulher seria a responsabilidade de dar segurança a família, garantir que a mesma cresça e se desenvolva. Talvez por isso as pessoas do sexo masculino dão mais importância à questão econômica, enquanto que as mulheres consideram outras dimensões da vida.

Por residirem em áreas rurais, as mulheres atingidas pelas barragens, em sua maioria, mantêm uma relação muito próxima com a terra. Usam dos bens da natureza principalmente para a produção dos produtos básicos para a alimentação da família, e na agricultura geral, para a auto-sustentação e comercialização. Neste sentido o cuidado com a auto-sustentação e a biodiversidade também tem sido assumido historicamente pelas mulheres e pelos idosos, mas também destinam outros bens naturais ao consumo da família, como chás, pomares, temperos, hortaliças, animais domésticos, cuidado com as fontes das águas, do cuidado com a preservação da terra, flores para o embelezamento da unidade de produção, energia da lenha para cozinhar e aquecer, etc.

Nesse sentido, as mulheres são as principais vítimas da degradação ambiental, e do êxodo rural com a perda dos territórios seguros, mesmo os urbanos. É como se fosse um arranque das raízes histórica das pessoas, sendo que por parte das famílias não existe planejamento de mudar de vida de local e sim uma expulsão por parte das empresas que chegam com interesses externos. Isto implica em perdas imensuráveis para os atingidos.

Nos poucos casos de reconhecimento dos direitos que conforme acompanhamentos e estudos do MAB, 70% não recebe nada, a nova área de terra, casa, etc..é muito menor que a anterior os valores pagos são irrisórios em milhares de casos as famílias chegam a perder tudo e ganhar um valor simbólico onde alguns chegam a ganhar 100,00 reais, outros 80,00 reais no total. Sendo assim, toda a família perde e as mulheres principalmente acabam perdendo seu território e espaço de produção camponesa e sua autonomia.

“Só 10% foram reassentados. Se não indenizaram quem tinha terra, se não indenizaram quem estava nas ilhas, o que eles fizeram? Viraram pescadores. Tem o lago para pescar, mas isso não dá mais. No rio só dá piranha. Eles pescavam de 4 a 5 kg por dia, e agora vi um velho com 3 peixinhos. Ou então só pegam os ossinhos dos peixes, pois as piranhas já comeram tudo.”

Perdem a horta ou quintal, a área de produção variada de alimentos (árvores frutíferas, ervas medicinais e animais domesticados), a área de experimentação e conservação de sementes, de complementação da renda e enriquecimento da dieta nutricional das famílias, espaços onde elas definiam o que plantar, como plantar, que sementes cultivar, etc.

Essa mudança não implica apenas na perda deste espaço de poder e decisão da mulher, mas no aumento da dependência econômica com relação ao mercado e à farmácia, por exemplo. Nas comunidades que antes da barragem mantinham a relação com a natureza com os Rios como um fator fundamental para a continuidade dos seus estilos de vida, no novo contexto as mulheres são as maiores prejudicadas e tendem a sofrer tais impactos negativos com maior intensidade, porque cai sobre as mulheres a responsabilidade dos cuidados e da resistência e estabilidade da família, e como dizem varias pesquisas, quando a pobreza aumenta, quem mais passa fome são as mulheres (Cartilha Marcha Mundial de Mulheres).

Vale ressaltar que, no que tange ao trabalho fora de casa, muitas perdem sua identidade e há uma precarização das condições de trabalho com a chegada desses grandes empreendimentos.

“Eu mexia com decoração de festa, coisa simples. Com o tempo, fui melhorando. E o “X” (funcionário do Consórcio da Husina Aimorés) disse que eu não tinha direito a fundo de comércio. Destruíram todas as decorações que eu tinha – 11 conjuntos. Eu já tive distúrbio aqui. Minha filha, às vezes, não tinha o que dar pra ela comer. Minha mãe também tinha um comércio. Deram 4 mil, e disseram pra ela que se não pegasse, não tinha nada.”

Mulheres que antes eram pescadoras, extrativistas, de comunidades tradicionais e indígenas, por exemplo, com a chegada das obras são obrigadas a saírem de seus espaços e fazer serviços domésticos nas casas dos trabalhadores das obras, ou nas empresas que chegam na região, sem nenhum direito garantido.

Assim, elas e as futuras gerações perdem suas raízes, pois são obrigadas a vender sua força de trabalho nas cidades para sobreviver.

Ainda com relação ao trabalho, como forma de inserção social e apropriação da crítica e com o discurso de “compromisso social e desenvolvimento”, as empresas criam empregos temporários para as pessoas da região, que devem ser disputados entre homens e mulheres. Elas (as empresas) propagandeiam que tem como meta empregar 2% de suas vagas para mulheres. No entanto esses 2% de vagas concentram-se em empregos vulneráveis, caracterizados pela precariedade e pela instabilidade (trabalhos informais, sazonais ou de meio período), como carregar tijolo e cimento para os pedreiros, por exemplo. A maioria não consegue permanecer na atividade por muito tempo, devido aos desgastes físicos e acabam desempregadas.

RELACIONES AFETIVAS E A SAÚDE DA MULHER COM A CHEGADA DAS EMPRESAS

Como temos dito já neste texto, o empobrecimento e o trauma com a ruptura social das comunidades têm um efeito mais severo sobre a vida das mulheres, principalmente no que se refere às relações afetivas e de saúde com a perda da auto-estima e identidade, e com a dupla jornada de trabalho agora com menos tempo livre – mais dificuldades para organização política, para o lazer e para cuidar de si mesma.

Em alguns casos, o empobrecimento gerado pelo deslocamento compulsório das pessoas e a chegada truculenta dessas grandes empresas e obras, aumentam os desentendimentos, a desestruturação familiar. O abandono das famílias, pelos órgãos públicos e de responsabilidade de acompanhar o trabalho das empresas, a migração masculina para as áreas urbanas, elevando o número de casas chefiadas por mulheres, que passam a arcar sozinhas com toda a responsabilidade da criação dos filhos, porém em alguns casos os dois precisam sair procurar emprego em outra região.

O aumento da violência doméstica contra a mulher, decorrente do alcoolismo, é outro efeito agravado pela desestruturação da família e o empobrecimento.

São mais de 30 milhões de mulheres em situação de pobreza hoje no Brasil, grande causa é a expulsão de seus territórios para a instalação destes grandes projetos do capital (Marcha Mundial de Mulheres). Isso tudo causa uma violência invisível do capital contra as mulheres.

Quanto à saúde, normalmente a administração da casa e o bem-estar da família é de responsabilidade da mulher. É ela que controla o que tem e o que está faltando em casa, e visualiza a necessidade de “poupar” os recursos disponíveis para garanti-los por mais tempo. Isso se reflete na sua situação nutricional, em que pese o fato de que os padrões culturais, em diversas regiões do país, reproduzem a desigualdade entre os gêneros quando da distribuição do alimento no interior das famílias. Em algumas pesquisas, constatou-se que era recorrente a distribuição desigual dos alimentos entre homens e mulheres

na família, especialmente em situações de maior escassez, como ocorre depois da chegada das barragens. “Às mulheres e meninas é atribuída uma menor porção ou são excluídos alguns alimentos considerados mais "fortes" (carne por exemplo), uma vez que seu trabalho (ou não trabalho) é considerado "leve", exigindo, pois, menor reposição de energia” (IBGE 2006).

Também pela tarefa de servir a comida aos filhos primeiro, o que sobrar, e se e se sobrar, elas comem depois de todos.9...

Outra fala ouvida muito das mulheres é que “ *hoje eu nem fiz jantar esquentei o que sobrou do meio dia para eles e para mim eu fiz um café*” o que significa: para eles comida e para ela o café, isso é porque poderia faltar a comida considerada com mais energia ou mais forte se ela jantasse também.

Ainda quanto à saúde das mulheres, temos notado e acompanhado que na chegada de operários de outras regiões e estados para a construção da barragem e a conseqüente urbanização da região são fatores que podem elevar o nível de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS. Além disso, favorece o crescimento de prostituição, porque, com chegada dos homens, a procura por mulheres é muito grande, em alguns casos a empresa contrata mulheres e abre casas de prostituição para que não tenha muito conflito nas cidades mais próximas. Com isso, ocorre o aumento de casos de gravidez de adolescentes, que ficam sozinhas logo em seguida, já que depois da construção da barragem os rapazes procuram outro trabalho em outro lugar.

Se não bastassem as situações ocasionais de relacionamento entre as moças das comunidades e os rapazes que chegam, uma das estratégias utilizadas pelas empresas, como por exemplo na construção da barragem da região Sul do Brasil, onde acompanhamos de perto, é a contratação de rapazes para seduzir as moças das comunidades e assim, aproximar-se das famílias com o objetivo de convencê-los a sair pacificamente da comunidade e a não participar das atividades propostas pela organização dos atingidos por barragens.

Outra constatação é a instalação de negócios da prostituição, popularmente conhecidos como “zonas”, perto do canteiro de obras da barragem ou junto ao alojamento dos trabalhadores. Este psicólogo, diretor do Instituto Veiga, uma OSCIP de Uberaba com atuação em Aimorés, narra uma situação dramática a que teriam sido lançados alguns jovens e crianças com as bruscas transformações sociais decorrentes da implantação do AHE (Aproveitamento hidroelétrico) de Aimorés:

“Trabalho no centro de referência de Aimorés. Temos trabalhado com casos no Conselho Tutelar. Tenho casos de prostituição, crianças se vendendo a R\$0,50. Isso a partir da vinda de muitos trabalhadores. E não foi feito nenhum trabalho específico com essa juventude. Houve um aumento significativo do uso de drogas, e não foi feito nenhum trabalho de prevenção. Nossa juventude está sem perspectiva. Eles prometeram que havia emprego, mas não treinaram ninguém. Então não tem emprego.”
(Relatório dos Direitos Humanos)

Na obra do Rio Madeira, da barragem Santo Antonio e Girau, conforme contam os militantes do

MAB que atuam nesta região, dizem que os trabalhadores da obra chegam ganhar da empresa um cartão de crédito específico para fins de pagamento para e facilitar a frequência nas casas de prostituição, e para que se torne comum isso, alguns chefes de obras chegam a dizer que as mulheres da região não tem outra saída ou somente servem para a prostituição.

Essa estratégia das empresas tem o objetivo de “entreter” os operários, que estão longe de suas famílias há bastante tempo. Em todas as obras este problema é presente, há a mercantilização do corpo das mulheres, onde os contratantes fazem também a venda de adolescentes para a prostituição, como no depoimento acima, podendo até influenciar e facilitar o tráfico internacional de mulheres. Podendo viciar essa relação de ser explorada sem consciência e ir além do local ou região, para que não seja mal vista onde todos as conhecem, ou mesmo assim, ser influenciada para ganhar mais dinheiro justificando ir para cidades mais grandes.

CONFLITOS FAMILIARES E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA COM E PÓS-BARRAGEM

No momento em que a família camponesa é expropriada da terra, a sobrevivência fica comprometida, as condições de saúde são ameaçadas e as relações sociais e de solidariedade se desestabilizam, pois vêm de interesses comuns, do longo tempo morando no mesmo lugar, vivendo a mesma história e sofrendo as mesmas necessidade. Assim, a relação que as pessoas tinham nas comunidades entre os vizinhos é radicalmente modificada com a implementação das barragens.

“No consórcio existiam psicólogos, assistentes sociais, mas a famílias foram levadas para lá - a primeira mudança era de pessoas idosas, 60, 70, 80 anos - e vários problemas aconteceram. Várias mortes, mortes cruéis. Uma senhora foi atacada, estuprada e morta. A chave de uma casa abria as outras portas, e o consórcio custou a mudar. Não há centro comercial, e têm que ir ao centro. Na época que foram para lá, nem mesmo tinha telefone.”(Relatório direitos humanos, Aimorés))

Para as comunidades rurais, o espírito comunitário ainda é muito forte e principalmente as mulheres mais velhas são as que mais sofrem, referindo-se aos vizinhos de outrora que se deslocaram para outras comunidades ou municípios, com os quais não conseguem mais manter relações. Ou seja, a cultura estabelecida localmente na relação entre os vizinhos é central para a identificação com o espaço, do território que foi construído por eles historicamente. Para a pesquisadora Hebetete, os laços mais primários de sociabilidade são os de parentesco e vizinhança que levam as pessoas a se agrupar em comunidade. A busca de sua permanência e reprodução numa mesma terra, traduzidos como apego a terra, é a marca do sucesso do seu modo de vida e a fonte do seu cuidado com o seu ambiente: a migração para elas é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável.

Nas comunidades que “sobraram”, porque não foram atingidas pelo enchimento dos lagos, há perda dos elos familiares, das relações de vizinhança e o esvaziamento dos espaços de encontro comunitário, como a igreja. Antes do pesadelo da obra, existia um processo construído socialmente e historicamente, carregado de sentido de cultura que fazia com que as famílias sentissem necessidade de se encontrar para garantir essas relações. Porém, com a construção da obra isso tudo vai água abaixo, ao passo em que as comunidades se esvaziam, o transporte público escasseia e fecham-se as portas das escolas rurais e dos sistemas locais de atendimento à saúde. Assim, pode-se imaginar o impacto sobre a vida das mulheres, uma vez que tradicionalmente recai sobre elas a provisão do cuidado com a família, com as crianças, idosos, portadores de necessidades especiais etc. E ao mesmo tempo, não vamos aprofundar aqui, mas o que significam todos esses impactos na vida das crianças? Todos este momento de perda da desestruturação da família, as noites que os pais passam sem dormir lamentando a saída de seus lugares contra vontade.

“Ao invés de apoio <aos idosos, em referência ao programa social de 3ª idade de que tanto se orgulha a empresa>, fizeram um massacre. Minha mãe e uma tia minha foram pressionadas a abrir mão do usufruto de uma propriedade porque senão, diziam, iam prejudicar a mim e a minha negociação. Quando chegamos para a negociação, todos chegamos abalados – não foram só os idosos não. Se formos relatar a situação de saúde, todos os que foram atingidos têm problemas de saúde. Depressão, traumatizados.” (Relatório dos Direitos Humanos)

Com a escassez e, muitas vezes suspensão, dos serviços públicos de transporte torna-se mais difícil a mobilidade das mulheres, dificultando seu acesso ao emprego, estudo e lazer (Malerba, 2007, pg. 67)

Ao mesmo tempo em que as mulheres têm que arcar com os maiores custos sociais e afetivos, elas são a parte da população que tem menos acesso aos benefícios conquistados. Por exemplo, relata-se conflitos familiares porque as mulheres não são consultadas para decidir como será a nova casa, quantos cômodos, local, etc.

Para as empresas é mais cômodo convencer uma pessoa da família, e fazer dele o responsável por toda a negociação, porque quanto mais a família se envolve, mais dificuldade, demora e questionamento encontra no processo de negociação.

Além disso, quando é conquistado, o recurso da indenização é entregue diretamente para o homem, que culturalmente é o “provedor” da família logo, pelos padrões patriarcais, cabe a ele a definição do destino do recurso. No entanto, com o avanço da participação das mulheres na organização dos atingidos por barragens, aos poucos elas estão conquistando avanços significativos. Veja-se, por exemplo, a presença das mulheres nos reassentamentos da Região Sul. No início da implantação dos reassentamentos na região, Os homens eram considerados uma força de trabalho, as mulheres eram consideradas 75% de

uma força de trabalho, isso servia para definição do tamanho que poderia ser a área de terra ou do lote, (conforme o acordo entre a empresa e os atingidos pela barragem de Itá).

Já nos reassentamentos conquistados recentemente pelos atingidos pela barragem de Barra Grande, esse valor foi igualado. Também em Barra Grande, as mulheres começaram a participar da construção dos reassentamentos. Percebemos que onde existe a participação das mulheres na luta contra as barragens e pelos direitos a mobilização e conscientização dos atingidos e atingidas é muito maior, e determina muito na resistência e respeito que a empresa tem aos mesmos. E onde teve a participação das mulheres na construção dos reassentamentos, ali se constituíram lideranças mulheres, que depois foram sujeitas da organização dos grupos de base na região e também assumiram tarefas nacionais.

Em outros casos, as mulheres iam visitar os companheiros e a construção dos reassentamentos pontualmente, porque eram planejados e construídos pelos homens. Quando as mulheres chegavam, haviam conflitos porque aparecia os detalhes, principalmente da centralidade das comunidades, da igreja, escola, dentro do reassentamento. *“Elas sabiam que era importante discutir as questão das distancias, porque as ajudavam , principalmente quando elas, depois de estarem na comunidade tinham que voltar para casa fazer almoço,cuidar dos filhos, enquanto os homens ficavam jogando cartas”* (Luiz Dalla Costa direção do MAB)

Em muitos casos, na compreensão de alguns companheiros e companheiras, a tarefa das mulheres era cozinhar, cuidar, servir, lavar, passar, ajudar, mas aos poucos, depois de muito debate, elas assumiram tarefas iguais aos companheiros, e receberam respeito também internamente pelos companheiros e pelo Movimento, o que foi um avanço grande. Porém sabemos que o trabalho doméstico ainda esta sobre controle das mulheres, a jornada se mantém ainda maior, e fazer com que os homens sejam sujeitos do trabalho doméstico é uma tarefa de gerações, mas aos poucos eles devem ir assumindo.

No entanto, existe a diferença de gênero que devem ser respeitadas e entendidas desde que não seja uma relação de exploração e opressão um sobre o outro, como, por exemplo, a tarefa de parir, amamentar, entre outras.

Com tudo isso, uma outra percepção polêmica que enfrentamos no dia a dia na vida das mulheres é de que em alguns momentos as mulheres sentem mais a violência do patriarcado do que de classe ou da empresa, porque além dela ser atingida por barragem, elas são proibidas pelos companheiros de sair de casa, de assumir tarefas no Movimentos e de se organizar, é negado o direito da mulheres de se sentir sujeita da luta e em grande parte se percebe-se que a mulher estão na luta se o seu companheiro estiver também, isso é o muito comum e muitas vezes se torna invisível diante da grande tarefa e luta que temos pela frente.

AS MULHERES ATINGIDAS E A LUTA PARA BAIXAR O PREÇO DA LUZ

Na campanha contra o alto preço da energia elétrica, as mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens têm tido uma atuação muito importante. Em muitos lugares são elas as dinamizadoras do trabalho nos bairros e vilas dos grandes e pequenos centros de cidades, principalmente em regiões atingidas por barragens, colocando-se em luta para garantir os direitos, para baixar as tarifas de energia elétrica e, em muitos lugares, fazer o debate com a sociedade para ter energia. Ainda hoje temos milhares de famílias sem luz elétrica e isso recai principalmente sobre a vida das mulheres, porque uma casa que não tem energia elétrica faz com que as mulheres gastem ainda mais o esforço e energia de seu corpo para facilitar a reprodução da família e do trabalho como um todo. Esse interesse pode ser explicado pela divisão interna de gastos da casa. Em alguns casos, os gastos domésticos são pagos pelas mulheres, enquanto que os homens preocupam-se em pagar contas com bancos, etc. Daí a necessidade de inserir-se nas lutas pela diminuição do preço da luz, já que a conquista implica em garantir o dinheiro para outras demandas, como alimentação por exemplo.

Quadro: Índice de eletrificação dos domicílios, segundo situação e classes de rendimento mensal em salários-mínimos (S.M.) - 2006

Situação	Nº de Domicílios	Nº Domicílios s/ iluminação elétrica	(%)	Classes de Rendimento em S.M.					
				Até 1 %	1 a 3%	3 a 5%	5 a 10%	+de 10%	s/ renda s/ decl.
Urbana	46.326.000	135.000	0,3	60,0	32,6	2,2	1,5	0,0	4,4
Rural	8.283.000	1.125.000	13,6	40,9	47,6	6,6	1,5	0,09	3,5
TOT	54.609.000	1.260.000	2,3	46,0	46,0	6,1	1,5	0,08	3,5

Nota: Não estão considerados os domicílios rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
 Fonte: IBGE – PNAD 2006, 2007.

Já nos casos em que as pessoas não têm acesso à energia elétrica, o trabalho doméstico é mais demorado e mais penoso, de forma que há uma sobrecarga de trabalho para as mulheres. A falta de chuveiro e geladeira, por exemplo, aumenta o trabalho de buscar lenha para aquecimento da água do banho e a repetição diária do preparo de comida, para que o alimento não se estrague. Essa sobrecarga dificulta o acesso das mulheres ao mercado de trabalho fora de casa. Pelos dados da PNAD, em 2006 havia no país um milhão e 260 mil domicílios sem acesso à energia elétrica e, em 92% deles, a renda era

inferior a 3 salários mínimos. Hoje depois de tanto desemprego com a crise e êxodo rural precarização das cidades, este número deve ter aumentado muito.

CONCLUSÃO

Os fatos apontados aqui não esgotam as perdas femininas em decorrência das construções de barragens, pois são inúmeras as conseqüências sofridas pelas mulheres. Estamos no início do debate da organizações de mulheres dentro do MAB e este artigo tem como finalidade servir para desvelar a realidade das mulheres e dar continuidade na construção deste debate.

A análise e os dados aqui colocados do modelo energético afirmam que o que está em jogo é o lucro com as construções das obras e a venda da energia e a super-exploração da força de trabalho do trabalhador, e a busca desesperadas das transnacionais de países já citados de saquear os bens naturais e manter seus hábitos de consumo desumanos para o restante do planeta e ao mesmo tempo controlar os países com suas ordens, culturas, língua .

Com tudo isso, nosso objetivo é colocar em discussão as questões que atingem diretamente as mulheres e que, ao longo dos tempos, foram relegadas ao esquecimento, levando as questões de gênero a uma certa invisibilidade. É possível que, além dessas, muitas outras questões estejam em aberto para serem investigadas e tomadas para análise e aprofundamento, para o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos no processo de transformação social, por serem atingidas de modo especial, ao mesmo tempo pelo patriarcado e pelas grandes obras. Nesse caso também temos que enfrentar os conflitos que são necessários com os próprios companheiros para que reconheçam a importância da presença das mulheres nos processos de luta e de disputa de poder com as empresas, assumido principalmente pelos homens historicamente, e que devem e estão sendo superados na relação do dia a dia. Por mais que acreditamos que esta relação do patriarcado e da divisão de poder entre homens e mulheres deva ser construída em luta e conflitos, é uma luta que as mulheres terão por muitas gerações para conquistar o direito de ser reconhecida também como sujeitas sociais e necessárias para vencermos a luta de classe.

Isso reflete que a desigualdade de gênero não está só na luta de classe, onde o projeto oprime os homens e principalmente as mulheres, mas usa os homens para oprimir dividir o poder entre os gêneros para enfraquecer a força da classe trabalhadora.

Por serem as sujeitas oprimidas as mulheres estão carregadas da possibilidade de mudar a realidade em que são escanteadas historicamente, esta nos ventre, nas mãos , no colo na alma no corpo todo e na consciência que é tempo de organizar todas as mulheres do mundo, e assim construir uma nova relação de gênero junto com o processo revolucionário para o socialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembléia Popular: Cartilha “O preço da luz é um roubo”, 2008.

Beuvoir, Simone de. O segundo sexo, Rio de Janeiro, 5 edição, ano 1980.

EPE- Empresa de pesquisa energética, Plano Nacional de Energia, 2003

MAB: **Manual do Atingido. Caderno sobre impactos sociais e ambientais de barragens**, 2005.

MAB: **Hidrelétricas no Rio Madeira: Energia pra que e para quem?** Dezembro, 2008.

MAB: A crise do Modelo energético, construir um outro Modelo é possível. Caderno 06, 2003.

MALERBA, Julianna. **Notas para uma reflexão sobre os impactos dos monocultivos de soja sobre o trabalho e a vida das mulheres.**

Relatório da Comissão federal de Direitos Humanos, Aimorés MG, Abril de 2008

ROSSATO, Alexania. **A recepção de rádios e televisão por jovens atingidos por barragens: As representações da classe popular.** Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, M. Alexandra. **Mulheres em Movimento: luta e resistência contra barragens.** Dissertação de Mestrado, Coimbra, 2007; In: SEVÁ, A (1990), “Quem inventa o pânico, que se explique, quem sofre a ameaça que se organize.”

TELLES, Liliam, **A questão da energia no mundo sob uma perspectiva feminista.**

<http://www.sede.mg.gov.br/pt/infraestrutura/energia-eletrica-> na data de 25/01/2010

<http://www.sindieletromg.org.br/> na data de 25/01/2010

<http://www.sede.mg.gov.br/> na data de 25/01/2010

http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_743767.asp na data de 25/01/2010

<http://www.fecomerciomg.org.br/> na data de 25/01/2010

ANEXO

12:30 ERA O COMBINADO

Aos poucos e de forma tímida...
No ponto de ônibus do bairro
Elas iam se aproximando
Se identificando se reconhecendo
Curiosas, com medo, tudo era
novo,
Buscando encontrar sua auto
declaração.

Procuravam pelos nomes de
Maria, Antonia, Jacinta, Ana
Maria, Janete, Francisca
Eram mulheres negras.. bonitas,
saradas idosas ...doentes
Elas...estampadas de história de
corpo inteiro
De luta e de um bairro pobre.

Eram mulheres...muitas
mulheres...e mais mulheres...
Já não custava nada gritar
**“O preço da luz é um roubo e
tira a comida do povo”**

E nas mão a conta de luz com
preso abusivo
Erguida bem alto sobre suas
cabeças e sacudiam- as com muita
força,
Primeiro dentro do ônibus lotado
Depois nas ruas da sua cidade

Aqueles corpos eram de mulheres,
baixos, altos
Colunas marcadas e arcadas pelo
excesso de trabalho
Faziam a cada grito soluçar
esperança
Só quem olha nos olhos delas
percebia o sorriso escondido, de
poder estar em marcha.

Quando seus punho se erguiam

Dessa vez eram mulheres
reaprendendo a lutar
organizadas..
E mais ansiosos
estávamos nós...
O que faríamos juntos
com todas aquelas
mulheres...e alguns
homens, porém todos
com esperança.

Estamos reaprendendo a
fazer trabalho de base
A fazer marcha a fazer
luta
A enfrentar grandes
empresas..

Mas éramos jovens... nos
dizem e nos cobram,
Que esta é nossa tarefa
Então a convicção nos
fortalecia a cada passo
novo.
Quando tínhamos que
dar durante aquela bonita
marcha

Nos gritos de ordem....
Nos discursos....
Na organização das filas
Na negociação para a
empresa receber a
multidão

Na animação da causa
E no exemplo de
referência que agora
somos.
Estava ali dentro dos
abraços na mística final a
certeza de mais uma
vitória

Se mirava a herança... e eram
elas..
As herdeiras de um processo de
luta histórica.
Porém neste momento,
adormecido no Brasil

Éramos nós.....
Agora somos nós....
A Assembléia popular.

20/11/08